



COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº ____ DE 2023

(Da Sra. SÂMIA BOMFIM e Sra. FERNANDA MELCHIONNA)

Requer a realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania com o tema “PEC 220/16 e a luta contra a política de empobrecimento dos servidores públicos”.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada reunião de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania sobre “PEC 220/16 e a luta contra a política de empobrecimento dos servidores públicos” com os seguintes convidados:

1. Representante do **Fonasefe**, Fórum das Entidades Nacionais dos servidores Públicos Federais;
2. Representante da **Fasubra**, Federação de sindicatos de trabalhadores técnico-administrativos em educação das instituições de ensino superior públicas do Brasil;
3. Representante da **Fenajufe**, Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União;
4. Representante do **ANDES**, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior;
5. Representante do **Sitraemg**, Sindicato dos Trabalhadores do





Poder Judiciário Federal no Estado de Minas Gerais;

6. Representante do **Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos**.

Apresentação: 18/09/2023 10:49:57.887 - CASP

REQ n.73/2023

JUSTIFICAÇÃO

Tramita nesta Casa desde 2016 a Proposta de Emenda Constitucional 220, que “Acrescenta o §13 ao artigo 37 da Constituição Federal, para que a revisão geral anual não seja inferior à variação inflacionária”. Trata-se de uma proposição de grande importância que visa impedir que haja uma política de arrocho salarial sobre a remuneração dos servidores públicos do país.

Há muitos anos o funcionalismo público brasileiro sofre com políticas de precarização, desvalorização e consequente empobrecimento. Como demonstração dessas medidas, percebe-se uma defasagem remuneratória que não se justifica pela falta de recursos, mas por uma priorização de políticas de austeridade fiscal.

Para debater sobre esta realidade e a importância da garantia de reajustes salariais que acompanhem ao menos o crescimento inflacionário é de suma importância que este Parlamento ouça representantes de entidades nacionais e locais de servidores públicos bem como representante do Governo Federal para discutir o tema da referida proposta, que atualmente se encontra aguardando designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania desta Casa.

Ante o exposto, contamos com o apoio das e dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em 18 de setembro de 2023.

Deputada **SÂMIA BOMFIM**
PSOL/SP

Deputada **FERNANDA MELCHIONNA**
PSOL/RS



* C D 2 3 6 3 1 2 9 1 2 8 0 0 *

ExEdit



Requerimento de Audiência Pública **(Da Sra. Fernanda Melchionna)**

Requer a realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania com o tema “PEC 220/16 e a luta contra a política de empobrecimento dos servidores públicos”.

Assinaram eletronicamente o documento CD236312912800, nesta ordem:

- 1 Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS) - Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE

